



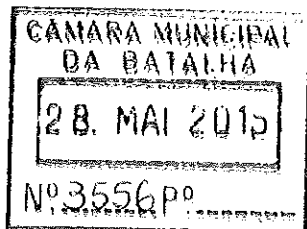
Tribunal de Contas

Direção-Geral

Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

E-mail: geral@tcontas.pt
URL: http://www.tcontas.pt

Tel.: 21 794 51 00
Fax: 21 793 60 33
Linha Azul 21 793 60 08/9



Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Município da Batalha
Rua Infante D. Fernando
2440-118 - BATALHA

Vossa referência

Nossa referência

Assunto: **Processo(s) Visado(s)**
542/2015 - E DUECA

DECOP/UA 2/ 2442/2015
26-5-2015

MUNICIPIO DA BATALHA

Despacho:

DAG

O Presidente

Tendo sido visado(s) em Sessão Diária de Visto da 1.ª Secção do Tribunal de Contas, de 2015.5.21, tendo a honra de enviar a V. Ex.ª o(s) adjunto(s) processo(s) registado(s) nesta Direção-Geral sob os número(s) acima indicado(s).

São devidos emolumentos nos termos dos arts. 5.º a 7.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, anexo ao Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de Maio, no montante referido no documento de cobrança que junto se envia.

→ Pagamento Interbancário, 01/06/2015

Chama-se a atenção de V. Ex.ª de que nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 7.º do referido diploma não poderão ser feitos quaisquer pagamentos por força dos atos ou contratos objeto de fiscalização prévia sem que se mostrem pagos os correspondentes emolumentos, sendo as autoridades ou funcionários que autorizem os mesmos solidariamente responsáveis pelo pagamento dos emolumentos em falta.

Informa-se que o pagamento dos emolumentos deverá ser efectuado para o NIB 0781 0112 00000001018 24, constante do Documento de Cobrança em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

A Auditora-Coordenadora
(por subdelegação de assinatura)

Ana Luísa Nunes

Anexo: Documento de Cobrança n.º 5208000000010820781

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Entre:

Município da Batalha, pessoa coletiva número 501 290 206, situado na Rua Infante D. Fernando, Batalha, devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, outorgando em nome daquele, no exercício dos poderes conferidos pela alínea a) n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e deliberação n.º 2015/0028/G.A.P. / D.A.G. (SOC), de 19/01/2015, adiante designado como Município ou primeiro outorgante;

e

ISERBATALHA – Gestão de Equipamentos e Serviços de Interesse Geral, E.M., pessoa coletiva número 504 825 461, representada por Carlos Agostinho Costa Monteiro, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, no exercício dos poderes conferidos pela deliberação da Assembleia Geral da Iserbatalha realizada em 22 de outubro de 2013, adiante designada como ISERBATALHA, E.M. ou segunda outorgante;

Considerando que:

- O Município da Batalha constituiu a ISERBATALHA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL, E. M., com o propósito principal de proceder à prestação de serviços de apoio ao desporto e a eventos culturais e desportivos, educação, limpeza e higienização de estabelecimentos escolares, manutenção de jardins públicos, promoção de atividades no âmbito da proteção civil, fomento de iniciativas de integração de pessoas provenientes do mercado social de emprego, de entre outras atividades de interesse geral;
- Por tratar-se de uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral de capital estatutário exclusivamente detido pelo Município da Batalha, que tem como objeto, de entre outras atribuições, a exploração de atividades de interesse geral, incumbindo-lhe assegurar de forma universal, economicamente sustentável e na salvaguarda dos princípios da coesão social local e proteção dos utentes, as atividades consignadas nas alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 4º dos seus Estatutos, designadamente a Prestação de serviços de apoio educativo, assegurando a gestão de atividades extracurriculares, transportes escolares, fornecimento de refeições escolares, prolongamento de horários e outras iniciativas ocupacionais similares destinadas ao ensino público pré-escolar e ensino básico, assim como serviços de limpeza e conservação em estabelecimentos escolares;

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

- De acordo com o estipulado no quadro de competências das autarquias locais, nomeadamente na alínea d) n.º 2 do artigo 23.º conjugada com as alíneas u) e hh) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apoiar o desenvolvimento de atividades de natureza educativa, no domínio da ação social escolar, designadamente no que concerne a atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;
- Considerando que a Lei n.º 50 /2012, de 31 de agosto, vem permitir a constituição de empresas locais, com a condição de essas empresas terem por objeto a exploração de atividades que prossigam fins de interesse geral e de apoio ao desenvolvimento local e que se contenham no âmbito das atribuições municipais, nos termos dos artigos 20º e 45º do citado diploma;
- Por sua vez, o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, prevê que as entidades públicas participantes podem delegar poderes nas empresas locais, desde que tal conste expressamente na deliberação que determinou a sua constituição e nos respetivos estatutos;
- O presente contrato está previsto no orçamento para 2015 da empresa municipal apreciado em reunião do Executivo realizada em 17 de novembro de 2014, bem como de harmonia com o Orçamento do Município da Batalha para o ano de 2015, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal em 10 de novembro de 2014 (Del. n.º 2014/0567/D.A.G. (SOC) e 27 de novembro de 2014 (ponto 3), respetivamente;

É celebrado e reciprocamente aceite, com fundamento no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e no artigo 26.º dos Estatutos da ISERBATALHA, E.M., o presente contrato-programa para o ano de 2015, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

OBJETO

Cláusula 1ª

Objeto e finalidade

Constitui objeto e finalidade do presente contrato-programa:

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

1. A delegação na Iserbatalha, E.M. da gestão e prestação de serviços de interesse geral no domínio da educação, designadamente de:
 - a) Atividades de Tempos Livres destinados aos alunos do 1º ciclo do ensino básico;
 - b) Componente de Apoio à Família destinada às crianças do ensino público pré-escolar;
 - c) Atividades extracurriculares na área das expressões artísticas e plásticas;
 - d) Apoio ao serviço de refeições escolares destinadas aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
 - e) Transportes escolares em complementaridade com os percursos assegurados pelos circuitos regulares de transportes coletivos, através da autarquia;
2. A cooperação financeira entre os Contraentes relativa à compensação de perdas de exploração das atividades previstas nas alíneas a) a c) devidas pela prática de preços sociais impostos pelo Município da Batalha conforme as "Tabelas de Participações Familiares" constantes no ANEXO I do presente contrato.

CAPÍTULO II

NATUREZA E OBJETIVOS DAS ATIVIDADES

Secção I – Das Atividades de Tempos Livres destinadas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico

Cláusula 2ª

Objetivos

As Atividades de Tempos Livres, doravante abreviadamente designadas por ATL's, enquanto atividade complementar de ação educativa e de acompanhamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico em período pós-letivo, têm como objetivos:

- a) Proporcionar o atendimento individualizado da criança nos estabelecimentos de ensino e sua vigilância num clima de segurança efetiva e física que contribua para o seu desenvolvimento global;
- b) Desenvolver atividades recreativas, didático-pedagógicas e de promoção de relações interpessoais, em período pós-escolar e nas interrupções letivas;
- c) Acompanhamento na concretização dos trabalhos escolares;
- d) Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo de cada criança;

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

- e) Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, encaminhando adequadamente as situações detetadas;
- f) Proporcionar a ministração da alimentação escolar nos estabelecimentos públicos do 1º CEB.

Cláusula 3ª

Constituição das Salas de ATL

1. Tendo em conta as condições físicas, cada sala de ATL terá a capacidade máxima de 25 crianças.
2. A sala destina-se ao desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas. As refeições (almoço e lanche) são servidas nas instalações afetas aos ATL's, em salas devidamente equipadas e preparadas para o efeito.

Cláusula 4ª

Obrigações e Direitos da ISERBATALHA, E.M

1. No âmbito das suas atribuições neste domínio de intervenção, compete à Iserbatalha, E.M.:
 - a) Garantir o projeto de Atividades Tempos Livres nos estabelecimentos de ensino identificados na cláusula 29ª, através de uma estrutura de recursos humanos adequada e profissionalmente habilitada para o desenvolvimento das atividades e cumprimento dos objetivos propostos na cláusula terceira;
 - b) Cooperar nas ações relativas à segurança e conservação dos edifícios e equipamentos e aproveitamento integral do património;
 - c) Aplicar projeto socioeducativo e respetivo plano de execução mediante orientações do(a) coordenador(a) do estabelecimento escolar;
 - d) Estabelecer as normas de admissão de pessoal e executá-las;
 - e) Estabelecer e assegurar a aplicação dos critérios na admissão das crianças;
 - f) Dar parecer sobre a organização funcional dos ATL's;
 - g) Sugerir medidas que assegurem a participação dos familiares nas atividades dos ATL's;
 - h) Propor ações que reforcem a cooperação entre os ATL's e a comunidade;
 - i) Denunciar, nomeadamente à Comissão de Proteção de Criança e Jovens em Perigo da Batalha, quaisquer factos que ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança;
 - j) Aplicar, liquidar e cobrar as comparticipações familiares de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Tarifas Municipais ou outras deliberações que venham a ser tomadas pelo primeiro outorgante;

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

- k) Colaborar e solicitar o acompanhamento técnico pedagógico ao Agrupamento de Escolas da Batalha.

2. Para a concretização das suas atribuições, a empresa obriga-se a manter em cada sala de ATL um(a) profissional responsável pelas atividades a dinamizar junto das crianças, em estreita articulação com a educadora e/ou professora e em coordenação direta com a empresa municipal Iserbatalha e o Agrupamento de Escolas da Batalha.

3. *Compete à responsável pela coordenação:*

- a) Representar o ATL;
- b) Cumprir as disposições legais e regulamentares, resolvendo os casos da sua competência e informando os restantes;
- c) Orientar, coordenar e dinamizar as atividades dos ATL's;
- d) Fomentar o aperfeiçoamento técnico e profissional em serviço, através da adequada articulação com os serviços competentes;
- e) Coordenar e elaborar o relatório anual de atividades;
- f) Exercer a ação educativa e pedagógica de acordo com as necessidades de cada criança e do grupo;
- g) Zelar pela saúde, higiene e bem-estar das crianças e tomar conhecimento de circunstâncias individuais ou familiares;
- h) Atender os pais das crianças dentro dos horários estabelecidos;
- i) Participar e colaborar em trabalho de equipa, em reuniões de trabalho, de programação, organização e distribuição das atividades do respetivo ATL, promovidas pela entidade empregadora, em reuniões de pais ou quaisquer outras que venham a ser agendadas pela entidade gestora;
- j) Conservar e cuidar o equipamento didático e pedagógico;
- k) Ministras os almoços;
- l) Elaborar listas de materiais didáticos pedagógicos a utilizar nas salas;
- m) Apoiar na higiene e limpeza das salas dos ATL's;
- n) Colaborar a nível do conselho pedagógico nas ações de aperfeiçoamento profissional.

4. *Compete às auxiliares de ação educativa:*

- a) Atender à porta;
- b) Apoiar às salas;
- c) Apoiar nas saídas ao exterior;
- d) Limpar e arrumar as instalações do respetivo ATL, zelando pela sua conservação;
- e) Servir as refeições às crianças;

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

- f) Colaborar com a animadora na realização de atividades;
 - g) Prestar assistência em situações de primeiros socorros, acompanhando a criança à unidade hospitalar se necessário;
 - h) Efetuar recados para o serviço e bom funcionamento do ATL;
 - i) Preocupar-se com o asseio e higiene das crianças;
 - j) Responsabilizar-se por transmitir à educadora todos os recados transmitidos pelos pais;
 - k) Exercer as tarefas de vigilância das crianças, de forma a garantir a sua segurança.
5. A empresa obriga-se a respeitar os horários dos ATL's determinados anualmente pela câmara municipal, e serão compatíveis com o horário escolar.
6. A empresa obriga-se a cumprir as normas que constem no Regulamento das Atividades de Tempos Livres a aprovar, anualmente, pelo Município da Batalha.

Cláusula 5ª

Obrigações e Direitos do Município da Batalha

No âmbito do presente contrato-programa, compete ao Município da Batalha:

- a) Conceder, a título de compensação por perdas de exploração pelas obrigações assumidas pela Segunda Contraente, nos termos da cláusula 27.ª;
- b) Acompanhar a execução física e financeira do contrato-programa;
- c) Verificar todos os documentos de prestação de contas.
- d) Facultar à empresa todos os meios didático-pedagógicos necessários para garantir a qualidade dos serviços a prestar às crianças do 1º ciclo do ensino básico;
- e) Garantir a acessibilidade às salas de atividades dos estabelecimentos escolares por parte dos colaboradores da ISERBATALHA, EM;
- f) Proceder à manutenção, substituição e aquisição dos meios materiais necessários para a realização da atividade por parte da empresa;
- g) Manter as instalações em estado de conservação e de salubridade para a prossecução da atividade;
- h) Fornecer, diariamente e atempadamente, as refeições escolares para que o pessoal da empresa possa servi-las junto das crianças do 1º CEB.

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Secção II – Componente de Apoio à Família (CAF) destinada às crianças do ensino pré-escolar

Cláusula 6ª

Objetivo

A componente de apoio à família, doravante designada por CAF, destina-se a proporcionar às crianças do ensino público pré-escolar do concelho da Batalha, atividades complementares de acompanhamento das crianças em regime de prolongamento de horários do período escolar e de apoio à tomada das refeições, designadamente:

- a) Proporcionar o atendimento individualizado da criança nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e sua vigilância num clima de segurança efetiva e física que contribua para o seu desenvolvimento global;
- b) Desenvolver atividades recreativas, didático-pedagógicas e de promoção de relações interpessoais, em período pós-escolar e nas interrupções letivas;
- c) Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo de cada criança;
- d) Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, encaminhando adequadamente as situações detetadas;
- e) Proporcionar a ministração da alimentação.

Cláusula 7ª

Constituição das Salas da componente CAF

1. Tendo em conta as condições físicas, cada sala terá a capacidade máxima de 25 crianças.
2. A sala destina-se ao desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas. As refeições (almoço e lanche) são servidas nas instalações afetas ao projeto, em salas devidamente equipadas e preparadas para o efeito.

Cláusula 8ª

Obrigações e Direitos da ISERBATALHA, E.M

1. No âmbito das suas atribuições neste domínio de intervenção, compete à Iserbatalha, E.M.:
 - a) Garantir o projeto CAF nos estabelecimentos de ensino identificados na cláusula 29ª, através de uma estrutura de recursos humanos adequada e profissionalmente habilitada para o desenvolvimento das atividades e cumprimento dos objetivos propostos na cláusula terceira;
 - b) Cooperar nas ações relativas à segurança e conservação dos edifícios e equipamentos e aproveitamento integral do património;

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

- c) Aplicar projeto socioeducativo e respetivo plano de execução mediante orientações do(a) coordenador(a) do estabelecimento escolar;
- d) Estabelecer as normas de admissão de pessoal e executá-las;
- e) Estabelecer e assegurar a aplicação dos critérios na admissão das crianças;
- f) Dar parecer sobre a organização funcional dos ATL's;
- g) Sugerir medidas que assegurem a participação dos familiares nas atividades dinamizadas;
- h) Propor ações que reforcem a cooperação entre as crianças e a comunidade;
- i) Denunciar, nomeadamente à Comissão de Proteção de Criança e Jovens em Perigo da Batalha, quaisquer factos que ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança;
- j) Aplicar, liquidar e cobrar as comparticipações familiares de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Tarifas Municipais ou outras deliberações que venham a ser tomadas pelo primeiro outorgante;
- k) Colaborar e solicitar o acompanhamento técnico e pedagógico ao Agrupamento de Escolas da Batalha.

2. Para a concretização das suas atribuições, a empresa obriga-se a manter em cada sala um(a) profissional responsável pelas atividades a dinamizar junto das crianças, em estreita articulação com a educadora de infância responsável e em coordenação direta com a empresa municipal Iserbatalha e o Agrupamento de Escolas da Batalha.

3. Compete à responsável pela coordenação:

- a) Representar o Centro de Atividades;
- b) Cumprir as disposições legais e regulamentares, resolvendo os casos da sua competência e informando os restantes;
- c) Orientar, coordenar e dinamizar as atividades;
- d) Fomentar o aperfeiçoamento técnico e profissional em serviço, através da adequada articulação com os serviços competentes;
- e) Coordenar e elaborar o relatório anual de atividades;
- f) Exercer a ação educativa e pedagógica de acordo com as necessidades de cada criança e do grupo;
- g) Zelar pela saúde, higiene e bem-estar das crianças e tomar conhecimento de circunstâncias individuais ou familiares;
- h) Atender os pais das crianças dentro dos horários estabelecidos;

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

- i) Participar e colaborar em trabalho de equipa, em reuniões de trabalho, de programação, organização e distribuição das atividades, promovidas pela entidade empregadora, em reuniões de pais ou quaisquer outras que venham a ser agendadas pela entidade gestora;
- j) Conservar e cuidar o equipamento didático e pedagógico;
- k) Ministras os almoços;
- l) Elaborar listas de materiais didáticos pedagógicos a utilizar nas salas;
- m) Apoiar na higiene e limpeza das salas;
- n) Colaborar a nível do conselho pedagógico nas ações de aperfeiçoamento profissional.

4. Compete às auxiliares de ação educativa:

- a) Atender à porta;
- b) Apoiar às salas;
- c) Apoiar nas saídas ao exterior;
- d) Limpar e arrumar as instalações, zelando pela sua conservação;
- e) Servir as refeições às crianças;
- f) Colaborar com a animadora na realização de atividades;
- g) Prestar assistência em situações de primeiros socorros, acompanhando a criança à unidade hospitalar se necessário;
- h) Efetuar recados para apoio ao serviço e bom funcionamento da sala de atividades;
- i) Preocupar-se com o asseio e higiene das crianças;
- j) Responsabilizar-se por transmitir à educadora todos os recados transmitidos pelos pais;
- k) Exercer as tarefas de vigilância das crianças, de forma a garantir a sua segurança.

5. A empresa obriga-se a respeitar os horários determinados anualmente pela câmara municipal, e serão compatíveis com o horário escolar.

6. A empresa obriga-se a cumprir as normas que constem no Regulamento da CAF aprovado pelo Município da Batalha.

Cláusula 9ª

Obrigações e Direitos do Município da Batalha

No âmbito do presente contrato-programa, compete ao Município da Batalha:

- a) Conceder, a título de compensação por perdas de exploração pelas obrigações assumidas pela Segunda Contraente, nos termos da cláusula 27.ª;
- b) Acompanhar a execução física e financeira do contrato-programa;
- c) Verificar todos os documentos de prestação de contas;

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

- d) Facultar à empresa todos os meios didático-pedagógicos necessários para garantir a qualidade dos serviços a prestar às crianças do 1º ciclo do ensino básico;
- e) Garantir a acessibilidade às salas de atividades dos estabelecimentos escolares por parte dos colaboradores da ISERBATALHA, EM;
- f) Proceder à manutenção, substituição e aquisição dos meios materiais necessários para a realização da atividade por parte da empresa;
- g) Manter as instalações em estado de conservação e de salubridade para a prossecução da atividade;
- h) Fornecer, diariamente e atempadamente, as refeições escolares para que o pessoal da empresa possa servi-las junto das crianças do ensino pré-escolar.

Secção III – Atividades de Enriquecimento Curricular na área das expressões artísticas e plásticas

Cláusula 10ª

Objetivo

Proporcionar às crianças do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Batalha, a atividade de enriquecimento curricular (AEC) no período pós-letivo no domínio das expressões artísticas e plásticas através de corpo de animadoras com formação técnica adequada, em todos os estabelecimentos da rede pública de ensino do concelho da Batalha, nos termos e para os devidos efeitos das normas do Despacho n.º 9265-B/2013, publicado no D.R. II Série, n.º 134 de 15 de julho de 2013, de acordo com calendário aprovado pelo Município da Batalha e Agrupamento de Escolas da Batalha.

Cláusula 11ª

Obrigações e Direitos da ISERBATALHA

À ISERBATALHA, E.M. compete:

- a) Assegurar a AEC de expressões dramáticas e plásticas aos alunos do 1º CEB no concelho da Batalha, devendo observar as normas vigentes regulamentadas pelo Ministério da Educação sobre esta atividade, e cumprimento dos horários estabelecidos pelo Município da Batalha;
- b) Apresentar ao Município da Batalha programação anual das atividades por estabelecimento de ensino;
- c) Obter acompanhamento técnico e pedagógico do Agrupamento de Escolas da Batalha.

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Cláusula 12ª

Obrigações e Direitos do Município

Ao Município compete:

- a) Colaborar na organização e elaboração do calendário das atividades enriquecimento curricular, em cooperação com a segunda outorgante;
- b) Planificar, conjuntamente com a segunda outorgante, as atividades de enriquecimento curricular;
- c) Fornecer os materiais didáticos necessários à prossecução das orientações programáticas da AEC de expressões;
- d) Participar nas atividades de apoio à família, devendo envolver obrigatoriamente os educadores titulares do grupo e os professores titulares de turma;
- e) Garantir o apoio logístico e de transportes na mobilização das crianças para o fomento da atividade de expressões dramáticas e plásticas aos alunos do 1º CEB no concelho da Batalha;
- f) Pontualmente e em situações devidamente fundamentadas, a Primeira Outorgante compromete-se a proporcionar o apoio na adaptação de espaços físicos das escolas às necessidades de aprendizagem desta atividade extracurricular;
- g) Exigir o plano anual de atividades junto da empresa;
- h) Exercer o controlo da sua execução e planeamento.

Cláusula 13ª

Horários

Os horários serão convencionados entre o Município da Batalha e o Agrupamento de Escolas da Batalha.

Cláusula 14ª

Local de Funcionamento das Atividades

O ensino das atividades de expressões dramáticas e plásticas é ministrado nos estabelecimentos de ensino e instalações de coletividades, a indicar pelo primeiro outorgante.

Cláusula 15ª

Constituição das Turmas

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

A constituição das turmas do ensino das atividades de expressões dramáticas e plásticas são da responsabilidade do Município da Batalha em colaboração com o Agrupamento de Escolas, até ao limite máximo de 25 crianças.

Secção IV – Apoio ao serviço de Refeições Escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

Cláusula 16ª

Objetivo

A ISERBATALHA, E.M, através da sua estrutura de recursos humanos, designadamente de profissionais de animação de infância e de auxiliares de ação educativa, dará o apoio na tomada de refeições das crianças do 1º CEB e do ensino pré-escolar, em todos os estabelecimentos escolares do concelho da Batalha e, através dos seus serviços administrativos, procederá à liquidação e cobrança da receita das refeições escolares junto dos encarregados de educação, a favor do Município da Batalha.

Cláusula 17ª

Obrigações e Direitos da ISERBATALHA

À ISERBATALHA, E.M. compete:

- a) Assegurar o apoio às crianças nas refeições escolares;
- b) Cumprir as normas do HACCP no manuseamento da alimentação;
- c) Garantir padrões de higienização dos espaços de refeição de acordo com normas em vigor.

Cláusula 18ª

Obrigações e Direitos do Município

Ao Município compete:

- a) O fornecimento das refeições escolares junto dos refeitórios dos estabelecimentos escolares;
- b) Garantir a qualidade das refeições fornecidas;
- c) Assegurar instalações, equipamentos e utensílios adequados ao fornecimento das refeições;
- d) Assegurar o pagamento mensal dos encargos de cobrança das comparticipações familiares;
- e) Estipular e gerir as ementas semanais das refeições escolares.

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Secção V – Transportes Escolares em complementaridade com os percursos assegurados pelos circuitos regulares de transportes coletivos, através da autarquia

Cláusula 19ª

Objetivo

A ISERBATALHA, E.M, assegura a rede de transportes escolares de acordo com a programação constante no Anexo II ao presente contrato, através da sua frota composta por dois autocarros (de 27 e 38 lugares, respetivamente), em complementaridade com serviço de transportes coletivos das carreiras regulares da Rodoviária do Tejo, S.A., no período letivo de 2013/14.

Cláusula 20ª

Obrigações e Direitos da ISERBATALHA

À ISERBATALHA, E.M. compete:

- a) Alocar 2 autocarros e motoristas ao respetivo serviço;
- b) Cumprir as normas vigentes para os transportes escolares, dentro da programação estabelecida;
- c) Respeitar as normas de segurança instituídas na legislação específica para o setor.

Cláusula 21ª

Obrigações e Direitos do Município

Ao Município compete:

- a) Estabelecer anualmente os circuitos para os autocarros disponibilizados pela ISERBATALHA, E.M;
- b) Fiscalizar o cumprimento das normas vigentes para os transportes escolares;
- c) Garantir a adequabilidade de financiamento dos serviços prestados pela empresa, face aos circuitos requeridos em cada ano letivo.

CAPÍTULO III

REGIME DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES

Secção I – Das Atividades de Tempos Livres destinadas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico

Cláusula 22ª

Mensalidades ou Participações Familiares

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

1. A ISERBATALHA, E.M obriga-se a aplicar a tabela de comparticipações familiares aprovada pelo executivo municipal e a proceder à cobrança das respetivas mensalidades junto dos encarregados de educação das crianças utentes dos ATL's, de acordo com as normas instituídas no Regulamento.
2. O valor das comparticipações é determinado pela aplicação das tabelas constantes no Regulamento, em função do rendimento *per capita* do agregado familiar, aplicando-se os "princípios da solidariedade e da subsidiariedade", nos termos e para os efeitos constantes no citado documento, o qual faz parte integrante do presente contrato no Anexo III.
3. As comparticipações familiares a liquidar nos termos enunciados nos números anteriores, constituem receita própria da ISERBATALHA, E.M., com exceção dos valores respeitantes às refeições escolares.

Secção II – Componente de Apoio à Família (CAF) destinada às crianças do ensino pré-escolar

Cláusula 23ª

Mensalidades ou Comparticipações Familiares

1. A ISERBATALHA, E.M obriga-se a aplicar a tabela de comparticipações familiares aprovada pelo executivo municipal e a proceder à cobrança das respetivas mensalidades junto dos encarregados de educação das crianças utentes da CAF no âmbito do ensino pré-escolar, de acordo com as normas instituídas no Regulamento.
2. O valor das comparticipações é determinado pela aplicação das tabelas constantes no Regulamento, em função do rendimento *per-capita* do agregado familiar, aplicando-se os "princípios da solidariedade e da subsidiariedade", nos termos e para os efeitos constantes no citado documento, o qual faz parte integrante do presente contrato no Anexo III.
3. As comparticipações familiares a liquidar nos termos enunciados nos números anteriores, constituem receita própria da ISERBATALHA, E.M, com exceção dos valores respeitantes às refeições escolares que constituem receita própria do Município.

Secção III – Atividades de Enriquecimento Curricular na área das expressões artísticas e plásticas

Cláusula 24ª

Consignação das Receitas - Transferências do Ministério da Educação

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Para assegurar o financiamento da prestação dos serviços da atividade de enriquecimento curricular, designadamente a componente das Expressões Artísticas e Plásticas, a Autarquia transferirá para a ISERBATALHA, E.M, o valor correspondente a 1/3 do apoio financeiro concedido pelo Ministério da Educação à Autarquia, sob a forma de comparticipação financeira, nos termos do contrato-programa celebrado para o ano letivo de 2014/15, definido de acordo com o disposto no artigo 5.º do capítulo II do Anexo ao Despacho n.º 9265-B/2013, publicado no D.R. II Série n.º 134 de 15/07/2013, e ao abrigo do estabelecido na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugada com o disposto nas alíneas u) e hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, traduzindo-se em 160 €/ano por aluno participante.

Secção IV – Apoio ao serviço de Refeições Escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

Cláusula 25ª

Serviços Administrativos “In house”

1. Pela prestação dos serviços de apoio administrativo no processamento, liquidação e arrecadação da receita das comparticipações familiares inerentes às refeições escolares, a empresa cobrará, mensalmente, encargos de cobrança equivalentes a 2,5% sobre os montantes da receita a transferir para o Município da Batalha.
2. O Município da Batalha celebrará com a ISERBATALHA, E.M. contrato de prestação de serviços para assegurar os transportes escolares mediante prévia realização de procedimento “In House”, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Secção V – Transportes Escolares em complementaridade com os percursos assegurados pelos circuitos regulares de transportes coletivos, através da autarquia

Cláusula 26ª

Serviço de Transporte Escolares “In house”

O Município da Batalha celebrará com a ISERBATALHA, E.M contrato de prestação de serviços para assegurar os transportes escolares mediante prévia realização de procedimento “In house”, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos.

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Secção VI – Subsídio à exploração das atividades constantes na secção I e II

Cláusula 27ª

Subsídio à Exploração

1. O Município da Batalha concede à ISERBATALHA, E.M., a título de compensação por perdas de exploração resultantes das obrigações assumidas em virtude da adoção dos preços sociais por força da aplicação do Regulamento das Comparticipações Familiares constantes nos anexos I e III do presente documento, o montante de 380.000 € (trezentos e oitenta mil euros), repartidos por quatro prestações trimestrais.

2. As perdas de exploração que resultam do desenvolvimento da política de preços imposta pelo Município da Batalha, serão devidamente demonstradas em sistema de contabilidade analítica onde se identifique claramente as receitas operacionais que resultam das regras impostas para a liquidação das comparticipações familiares e os custos da atividade, nos termos e para os efeitos definidos no n.º 3 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

3. A reposição do equilíbrio da atividade será assegurada através da atribuição do subsídio à exploração considerado no n.º 1 da presente cláusula, mediante negociação prévia entre as outorgantes, em cumprimento com as regras do n.º 4 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

CAPÍTULO IV

INDICADORES OU REFERENCIAIS DE MENSURABILIDADE DAS ATIVIDADES

Secção I – Das Atividades de Tempos Livres destinadas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico

Cláusula 28ª

(Indicadores de eficácia)

Os níveis de realização do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M., serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

Indicador	Meta
-----------	------

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

1. Assegurar a cobertura da Rede de ATL´s para 1º CEB, no ano letivo 2012/13, nos seguintes estabelecimentos de ensino:	100% Estabº
- EB1 Mouz. Alb. - Agrupamento de Escolas da Batalha	1 sala
- EB1 Reguengo do Fétal	1 sala
- EB1 Quinta do Sobrado	1 sala
- EB1 Golpilheira	1 sala
- EB1 Centro Escolar da Batalha	1 sala
- EB1 Brancas	1 sala
- EB1 Casais dos Ledos	1 sala
- EB1 Torre	1 sala
- EB1 S. Mamede	1 sala
- EB1 Faniqueira	1 sala
- EB1 Rebolaria	1 sala
2. Assegurar ATL´s com mínimo de 10 alunos / sala	≥ 10 alunos
3. Garantir cobertura ATL´s nos estabelecº escolares supra identificados, nas interrupções letivas (natal, carnaval, páscoa e período de férias até 31/07)	100% dias úteis/ interrupções letivas

Cláusula 29ª

(Critérios de superação - eficácia)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M. para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- Prestação ineficaz: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- Prestação eficaz: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- Prestação muito eficaz: quando, superou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia, através da concretização de mais atividades previstas para o ano letivo.

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Cláusula 30ª

(Indicadores de eficiência)

Os níveis de qualidade do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, assim como a otimização de recursos (materiais, humanos e financeiros), serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

Indicador	Meta
1. Garantir uma estrutura de R.H. por sala de Atividades de Tempos Livres adequada às necessidades pedagógicas e de segurança das crianças (animadoras/auxiliares): - ATL´s com 10 a 15 crianças - ATL´s com + de 15 até 25 crianças	1 Técnica 1 Técnica + 1 Auxiliar
2. Garantir bom nível de satisfação dos encarregados de educação (aferido através de inquéritos de satisfação a realizar junto de, pelo menos 70% dos encarregados de educação – nível de satisfação graduado numa escala de 0 a 5 valores).	Nível satisfação $\geq 3,5$ valores

Cláusula 31ª

(Critérios de superação - eficiência)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- Prestação ineficiente: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- Prestação eficiente: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- Prestação muito eficiente: quando, assegurou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência, e custo do serviço por aluno abaixo dos 85% da meta definida para o indicador 3.

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Secção II – Componente de Apoio à Família (CAF) destinada às crianças do ensino pré-escolar

Cláusula 32ª

(Indicadores de eficácia)

Os níveis de realização do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

Indicador	Meta
1. Assegurar a Componente de Apoio à Família (CAF) para crianças do ensino pré-escolar, no ano letivo 2012/13, dos seguintes estabelecimentos escolares:	100% Estabº
- Casal Vieira	1 sala
- Quinta do Sobrado	1 sala
- Golpilheira	1 sala
- Centro Escolar da Batalha	1 sala
- Casais dos Ledos	1 sala
- Torre	1 sala
- Centro Escolar de S. Mamede	1 sala
- Faniqueira	1 sala
- Rebolaria	1 sala
2. Assegurar CAF's com mínimo de 10 crianças / sala	≥ 10 crianças
3. Garantir cobertura CAF's nos estabelecº escolares supra identificados, nas interrupções letivas (natal, carnaval, páscoa e período de férias até 31/07)	100% dias úteis/ interrupções letivas

Cláusula 33ª

(Critérios de superação - eficácia)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- Prestação ineficaz: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- Prestação eficaz: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- Prestação muito eficaz: quando, superou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia, através da concretização de mais atividades previstas para o ano letivo.

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Cláusula 34ª

(Indicadores de eficiência)

Os níveis de qualidade do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, assim como a otimização de recursos (materiais, humanos e financeiros), serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

Indicador	Meta
1. Garantir uma estrutura de R.H. por sala de Atividades de Tempos Livres adequada às necessidades pedagógicas e de segurança das crianças (animadoras/auxiliares): - CAF´s com 10 a 15 crianças - CAF´s com + de 15 até 25 crianças	1 Técnica 1 Técnica + 1 Auxiliar
2. Garantir bom nível de satisfação dos encarregados de educação (aferido através de inquéritos de satisfação a realizar junto de, pelo menos 70% dos encarregados de educação – nível de satisfação graduado numa escala de 0 a 5 valores).	Nível satisfação $\geq 3,5$ valores

Cláusula 35ª

(Critérios de superação - eficiência)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- Prestação ineficiente: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- Prestação eficiente: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- Prestação muito eficiente: quando, assegurou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência, e custo do serviço por aluno abaixo dos 85% da meta definida para o indicador 3.

Secção III – Atividades de Enriquecimento Curricular na área das expressões artísticas e plásticas

Cláusula 36ª

(Indicadores de eficácia)

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Os níveis de realização do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

Indicador	Meta
1. Assegurar as Atividades Extracurriculares de Expressões, no ano letivo 2012/13, dos seguintes estabelecimentos escolares:	100% Estabº
- EB1 Mouz. Albuq. - Agrupamento de Escolas da Batalha	1 sala
- EB1 Reguengo do Fétal	1 sala
- EB1 Quinta do Sobrado	1 sala
- EB1 Golpilheira	1 sala
- EB1 Centro Escolar da Batalha	1 sala
- EB1 Brancas	1 sala
- EB1 Casais dos Ledos	1 sala
- EB1 Torre	1 sala
- EB1 S. Mamede	1 sala
- EB1 Faniqueira	1 sala
- EB1 Rebolaria	1 sala
2. Assegurar 3 horas semanais por turma do 1º CEB, com exceção nas interrupções letivas.	3 horas /semanais

Cláusula 37ª

(Critérios de superação - eficácia)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- Prestação ineficaz: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- Prestação eficaz: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- Prestação muito eficaz: quando, superou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia, através da concretização de mais atividades previstas para o ano letivo.

Cláusula 38ª

(Indicadores de eficiência)

Os níveis de qualidade do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, assim como a otimização de recursos (materiais, humanos e financeiros), serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

Indicador	Meta
1. Garantir pelo menos 90% das ações/atividades didático-pedagógicas previstas no plano anual de atividades por cada sala	Cumprimento 90% P.A.
2. Garantir bom nível de satisfação dos encarregados de educação (aferido através de inquéritos de satisfação a realizar junto de, pelo menos 70% dos encarregados de educação – nível de satisfação graduado numa escala de 0 a 5 valores).	Nível satisfação $\geq 3,5$ valores

Cláusula 39ª

(Critérios de superação - eficiência)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- Prestação ineficiente: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- Prestação eficiente: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- Prestação muito eficiente: quando, assegurou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência, e cumprimento 100% da meta definida para o indicador 1.

Secção IV – Apoio ao serviço de Refeições Escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

Cláusula 40ª

(Indicadores de eficácia)

Os níveis de realização do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

Indicador	Meta
1. Garantir a liquidação e cobrança das participações familiares das refeições escolares a 100% das crianças beneficiárias da rede pública de ensino pré-escolar e 1º ciclo	Até dia 15 cd. mês

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

2. Assegurar as transferências das comparticipações mensais das refeições escolares para a autarquia

Até dia 15 do mês
seguinte em relação
à cobrança no mês
anterior

Cláusula 41ª

(Critérios de superação - eficácia)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- a) Prestação ineficaz: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- b) Prestação eficaz: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- c) Prestação muito eficaz: quando, superou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia, designadamente no que diz respeito aos prazos definidos nas metas.

Cláusula 42ª

(Indicadores de eficiência)

Os níveis de qualidade do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, assim como a otimização de recursos (materiais, humanos e financeiros), serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

Indicador	Meta
1. Garantir nível de cobrança mensal > 80% em relação às comparticipações liquidadas mensalmente.	> 80%.
2. Garantir o cálculo das comparticipações familiares até 15 dias antes do início do ano letivo 2013/14.	15 dias antes arranque novo ano letivo

Cláusula 43ª

(Critérios de superação - eficiência)

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- a) Prestação ineficiente: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- b) Prestação eficiente: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- c) Prestação muito eficiente: quando, assegurou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência, e cumprimento pelo menos 90% da meta definida para o indicador 1.

Secção V – Transportes Escolares em complementaridade com os percursos assegurados pelos circuitos regulares de transportes coletivos, através da autarquia

Cláusula 44ª

(Indicadores de eficácia)

Os níveis de realização do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

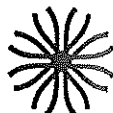
Indicador	Meta
1. Assegurar os circuitos de transportes escolares diários, de acordo considerados no Anexo II, que não sejam garantidos pelas carreiras regulares da Rodoviária do Tejo	100% dos circuitos cfr. Anexo II
2. Garantir requisitos legais de segurança no transporte de crianças, de acordo com legislação em vigor	100% dos requisitos legais obrigatórios

Cláusula 45ª

(Critérios de superação - eficácia)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- a) Prestação ineficaz: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;



**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

- b) Prestação eficaz: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia;
- c) Prestação muito eficaz: quando, superou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficácia, designadamente no que diz respeito aos requisitos obrigatórios exigidos em matéria de segurança rodoviária.

Cláusula 46ª

(Indicadores de eficiência)

Os níveis de qualidade do serviço prestado pela ISERBATALHA, E.M, assim como a otimização de recursos (materiais, humanos e financeiros), serão aferidos através da verificação do cumprimento dos indicadores de eficácia seguintes:

Indicador	Meta
1. Garantir a matriz de horários previstas para os circuitos constantes no Anexo II, com desvio máximo de 20 minutos para 3º CEB / Secundário e de 15 minutos para 2º CEB	20 minutos, 3º CEB 15 minutos 2º CEB

Cláusula 47ª

(Critérios de superação - eficiência)

O nível de eficácia da ação exercida pela ISERBATALHA, E.M para realização da atividade, será aferida com base nos seguintes critérios de superação:

- a) Prestação ineficiente: quando, não assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- b) Prestação eficiente: quando, assegurou, a totalidade das obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência;
- c) Prestação muito eficiente: quando, assegurou as obrigações implícitas nas metas definidas de acordo com os indicadores de eficiência, sem desvios superiores a 10 minutos no que diz respeito ao indicador 1.

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 48ª

Período de vigência do contrato-programa

O presente contrato-programa produz efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2015 e termina no dia 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 49ª

Cabimento

Os subsídios à exploração a conceder pelo Município da Batalha à ISERBATALHA, E.M. previstos nos artigos 23º e 25º do presente contrato-programa, no montante global de 380.000,00€ (trezentos e oitenta mil euros), têm cabimento orçamental no presente ano económico na rubrica orçamental 0305010101 e na rubrica 2 212 2015/18 das Grandes Opções do Plano para 2015, tendo sido efetuada a R.I. n.º 6 de 14/01/2015, com o lançamento de cabimento n.º 468 efetuado em 16/01/2015. O compromisso desta despesa foi efetuado pela R.E. n.º 69 de 02/03/2015, com o número sequencial de compromisso 9084 de 03/03/2015.

Cláusula 50ª

Rescisão e denúncia

1. O presente contrato-programa poderá ser denunciado, a todo o tempo, pelo Município da Batalha, por não cumprimento pela ISERBATALHA, E.M das obrigações que assume neste contrato;
2. Os desvios em relação às metas traçadas para os indicadores de desempenho, cujos resultados venham a comprometer a execução e a qualidade das atividades contratualizadas, podem constituir motivo suficiente para a denúncia unilateral do contrato-programa por parte do Município da Batalha;
3. Qualquer dos outorgantes pode rescindir o contrato-programa, desde que comunique tal intenção ao outro, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
4. A rescisão e a renúncia do contrato não conferem aos outorgantes o direito ou a obrigação de indemnizar a outra parte.

Cláusula 51ª

Casos Fortuitos e de Força Maior

**CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.**

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se por caso fortuito ou de força maior for impedido de cumprir as obrigações assumidas no presente contrato-programa.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 52ª

Revisão do contrato-programa

Qualquer alteração dos termos ou dos resultados previstos neste contrato-programa carece de prévio acordo escrito entre os dois outorgantes, que poderão condicionar a alteração ou adaptação do presente contrato-programa.

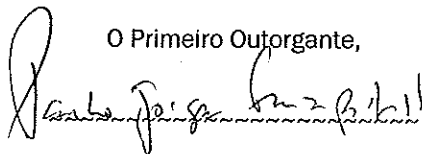
Cláusula 53ª

Casos omissos

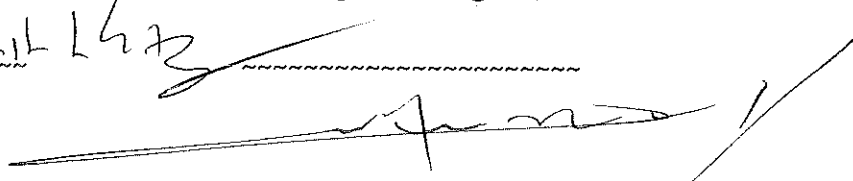
Os casos omissos serão decididos em reunião entre as partes, cujas actas se anexarão a este documento e dele farão parte integrante.

Feito em Batalha, aos quatro dias do mês de março de 2015, em duplicado de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, vai ser assinado pelos outorgantes, ficando um exemplar na posse de cada um.

O Primeiro Outorgante,



O Segundo Outorgante,



Original: GAP

Cópia: Contabilidade

ISERBATALHA, E. M.
A Gerência

TRIBUNAL DE CONTAS
Direção-Geral
Departamento de Controlo Prévio

Proc. n.º 542/2015

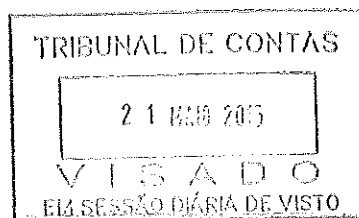
Criado em 2015/3/10

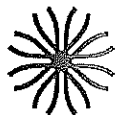


Juiza Conselheira
Helena Abreu Lopes

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Juiz Conselheiro
João Figueiredo





BATALHA
MUNICÍPIO

iserbatalha
Gestão de Equipamentos e Serviços de Interesse Geral, E.M.

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

ANEXO I e III

Comparticipações Familiares

- Aviso datado de 8/07/2014

 - Regulamento Interno da Componente de Apoio à Família dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar do Concelho da Batalha
-
- Regulamento Interno da Componente das Atividades de Tempos Livres dos Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Concelho da Batalha

Batalha, 04-03-2015

AVISO

A Iserbatalha, E.M. informa os Encarregados de Educação que se encontram abertas as inscrições para o próximo ano letivo (2014/2015), até ao dia **31-07-2014**.

Documentos de entrega obrigatória para a inscrição:

- Ficha de inscrição - cedida pelos ATL'S ou nos Serviços Administrativos;
- Documento de Identificação da criança (Cartão Cidadão/ B.I.);
- Prova de Residência (Recibo da Água, Luz, Telefone, etc.);
- Declaração do Escalão do Abono (se for Escalão 1 ou 2);
- IRS de 2013 completo;
- Nota de Liquidação do IRS de 2013.

As comparticipações familiares para o ano letivo 2014/2015 estão definidas nos seguintes termos:

Jardim de Infância

Almoços	1,46€/ dia (em 2013/2014) Valor definido anualmente, pelo Min. Educação.	Prolongamentos	Valor Mínimo	não definido
			Valor Máximo	107,38 €

1º Ciclo - Ensino Básico

Almoços	1,46€/ dia (em 2013/2014) Valor definido anualmente, pelo Min. Educação.	ATL	Valor Mínimo	não definido
			Valor Máximo	99,97 €

Para algum esclarecimento, contate: 244 769 110 ou 962 059 982.

Batalha, 8 de julho de 2014

O Presidente do Conselho de Administração

ISERBATALHA, E. M.

A Gerência

(Carlos Agostinho Costa Monteiro)

MUNICÍPIO DA BATALHA



REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA

JARDINS DE INFÂNCIA DO ENSINO PÚBLICO DO CONCELHO DA BATALHA

Regulamento da Componente de Apoio à Família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar nos estabelecimentos públicos do concelho da Batalha – Aprovado pelo Executivo em 20/06/2013 (Deliberação n.º 2013/0380/D.A.G. -SOC), e apreciado pela Assembleia Municipal na sessão de 28/06/2013.

REGULAMENTO INTERNO

Componente de Apoio à Família dos Estabelecimentos de Educação Pré – Escolar do Concelho da Batalha

A Lei-quadro da Educação Pré-escolar, designadamente Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, prevê, no seu ponto 1 do artigo 12º, que cada Jardim de Infância possa propiciar, para além das atividades pedagógicas, atividades socioeducativas de apoio à família, assegurando um horário flexível, compatível com as necessidades dos pais e encarregados de educação.

A lei vigente para a Educação Pré-escolar, subdivide a sua intervenção em duas áreas distintas e complementares, designadamente a componente da educação e ensino gratuito e a componente socioeducativa de apoio às famílias, comparticipada por estas, de acordo com as suas condições socioeconómicas, nos termos e para os efeitos do Despacho Conjunto nº 300/97 de 9 de setembro.

As normas definidas no citado diploma, regulam a aplicação de comparticipações pela utilização de serviços de apoio à família em estabelecimentos de Educação Pré-escolar, assegurando desta forma o financiamento das componentes não educativas e criam mecanismos de carácter geral susceptíveis de salvaguardar princípios que respeitem a autonomia e as especificidades das entidades titulares dos estabelecimentos na gestão do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar.

Por sua vez, a Lei nº 159/99, de 14 de setembro, atribui às Autarquias Locais responsabilidades em matéria de educação pré-escolar e de 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo que o Despacho nº 14460/2008 de 26 de maio, republicado pelos Despachos nº 8683/2011 de 28 de junho, determina que as atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objeto de planificação pelos órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas, articulando com os municípios a sua realização de acordo com o Protocolo de Cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação e da Ciência, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade

REGULAMENTO INTERNO
Câmara Municipal da Batalha

Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

O presente regulamento prevê as regras para um eficiente funcionamento das atividades da componente de apoio à família e a aplicabilidade de instrumentos reguladores das participações familiares face à estrita necessidade de cobertura do custo global dos serviços, salvaguardando a aplicabilidade do princípio da subsidiariedade e da solidariedade entre agregados economicamente mais desfavorecidos e aqueles que dispõem de maiores recursos.

O Município da Batalha, ouvido o Conselho Municipal de Educação, aprovou em reunião de Câmara de 20 de junho de 2013, o presente regulamento nos termos seguintes, tendo o mesmo sido submetido a apreciação da Assembleia Municipal na sessão de 28 de junho de 2013:

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente regulamento é elaborado no âmbito do Despacho Conjunto n.º 300/97 de 9 de setembro; da Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, que consagra e estabelece os princípios e objetivos do programa de desenvolvimento da educação pré-escolar; do Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro; do D.L. n.º 55/2009, de 02 de março e, subsidiariamente o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto no que diz respeito às condições de aplicação das medidas de ação social escolar.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento define as normas de funcionamento da componente de apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública do concelho da Batalha.

Artigo 3.º

Âmbito

As normas definidas no presente regulamento aplicam-se a todos os estabelecimentos de educação pré-escolar que integrem a rede pública do concelho da Batalha, bem como aos agregados familiares cujas crianças os frequentem.

Artigo 4.º

Serviço de apoio à família

- 1- São considerados serviços de apoio à família, o prolongamento de horários e o fornecimento de alimentação.
- 2- Por prolongamento de horários entende-se o acolhimento das crianças, após a componente educativa.
- 3- Durante as interrupções letivas será garantido, na íntegra, o serviço de refeições e o prolongamento de horários, exceto nas tolerâncias de ponto ou na impossibilidade da prestação do serviço por motivos de força maior.

Artigo 5.º

Horário e Período de Funcionamento

1. A componente de apoio à família funciona durante o ano letivo, com o horário de segunda a sexta-feira.
2. O horário de prolongamento é, por regra, das 15,30h às 19h00h, podendo o mesmo sofrer alterações em função das necessidades das famílias.
3. As alterações ao horário só serão atendíveis desde que devidamente justificadas e caso existam os recursos humanos e os meios adequados para fazer face a uma flexibilização dos horários.
4. Durante os períodos de interrupção letiva, o horário de prolongamento é, por regra, das 9,00 às 19,00 horas.
5. Em situações de reconhecida necessidade dos agregados familiares, avaliadas pontualmente, poderão ser atendíveis os pedidos de alargamento de horário para períodos antes do início da componente letiva.
6. Este alargamento deverá compreender, por regra, um grupo mínimo de 10 crianças.
7. Não obstante a prática dos horários mencionados nos números anteriores, as crianças não devem permanecer nos estabelecimentos de ensino por períodos superiores a 10 horas diárias.
8. O período de funcionamento ocorrerá entre 01 de setembro e 31 de julho.

Artigo 6.º

Inscrições

- 1- As inscrições das crianças na componente de apoio à família deverão ser formalizadas junto dos serviços administrativos da ISERBATALHA, E.M., no edifício Paços do

Município, Rua Infante D. Fernando, Batalha, ou nos estabelecimentos da rede pública do ensino pré-escolar.

- 2- As inscrições ocorrerão com a frequência anual, no período compreendido entre um a trinta de junho.
3. Para proceder à inscrição da criança é necessário apresentar os seguintes documentos habilitantes:
 - a) Cartão do cidadão ou documento equivalente da criança;
 - b) Fotocópia completa da declaração do IRS do agregado familiar respeitante ao ano anterior;
 - c) Comprovativo de morada/residência, ou atestado de residência;
 - d) Ficha de inscrição e termo de responsabilidade, devidamente preenchidos e assinados pelo(s) encarregado(s) de educação.
4. Caso não exista declaração de rendimentos do ano anterior, as fontes de rendimento deverão ser comprovadas através da apresentação obrigatória de recibos de vencimento assinados por entidade patronal ou outros documentos equivalentes declarativos dos rendimentos auferidos à data da inscrição.

Artº 7º

Comparticipações Familiares

1. Os pais e encarregados de educação participam no custo dos serviços de apoio à família que integram as componentes não pedagógicas dos estabelecimentos de educação pré-escolar, designadamente as previstas no artigo 4º do presente regulamento.
2. A participação familiar é determinada, em regra, antes do início de cada ano lectivo, de forma proporcional ao rendimento do agregado familiar, nos termos e para os efeitos do Despacho Conjunto nº 300/97, IIª série, de 09 de setembro.
3. A participação familiar é determinada com base nos escalões de rendimento *per capita*, em função do indexante de apoios sociais (IAS), com remissão para os artigos 2º e 3º da Lei nº 53-B/2006, nos seguintes termos:
 - 1.º escalão - até 30 % do IAS
 - 2.º escalão - > 30 % até 50% IAS;
 - 3.º escalão - > 50% até 70% do IAS;
 - 4.º escalão - > 70 % até 100 % do IAS;
 - 5.º escalão - > 100 % até 150 % do IAS;
 - 6.º escalão - >150 % do IAS.

4. O indexante estipulado constitui o referencial determinante da fixação e cálculo das comparticipações familiares no presente regulamento, atendendo aos critérios previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2º da Lei nº 53-B/2006, de 29 de dezembro.
5. Nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, a comparticipação familiar terá em conta, os serviços de apoio à família prestados, conforme quadro seguinte:

Componente	Apoio à família / escalões de rendimento					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Prolongamento Horários	Até 5%	Até 10%	Até 12,5%	15%	15%	17,5%

6. A comparticipação familiar mensal da componente de prolongamento de horários poderá ser reduzida de forma proporcional à diminuição do custo verificado sempre que a criança não utilize integral e permanentemente estes serviços de apoio à família.
7. A redução será aplicada quando solicitada pelo(a) encarregado(a) de educação e sempre que se *verifique* ausência superior a 3 dias no mês, seguidos ou interpolados, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$C = V \times \frac{f}{u}$$

u

Em que,

C - comparticipação (reduzida)

V - valor da comparticipação (normal)

f - nº dias frequentados

u - nº dias úteis no mês

8. As ausências *devem* ser justificadas tendo em vista a sua validação ou não aceitação atendendo aos fundamentos apresentados, relevando igualmente o histórico e motivos invocados em situações anteriores.
9. Sempre que, através de uma cuidada análise sócio económica do agregado familiar se conclua que se encontra em situação de grave carência económica e/ou abrangida pelo Rendimento Social de Inserção (RSI), a comparticipação familiar mensal na componente de prolongamento de horários, determinada nos termos do artigo 7º, pode ser reduzida ou concedida a isenção de pagamento.
10. De igual forma, podem estas famílias beneficiar de uma redução ou da isenção do pagamento das refeições.
11. A frequência de mais de uma criança do mesmo agregado familiar na componente do prolongamento de horários nos estabelecimentos públicos do ensino pré-escolar e/ou

- nas atividades de tempos livres dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico confere o direito a uma redução de 10% nas respetivas comparticipações.
12. A comparticipação familiar, calculada nos termos do disposto no presente regulamento, não pode exceder o custo dos serviços.
13. O custo referido no número anterior é determinado com periodicidade mínima anual, com base nos custos incorridos no exercício anterior, caso a atividade se mantenha estável, ou seja, com equivalente estrutura de funcionamento.
14. Às famílias que usufruam do *serviço de apoio complementar* no período compreendido entre as 7,30 h e as 9,00 h, será aplicado valor adicional de 20% sobre a comparticipação familiar calculada nos termos do presente artigo.
15. Não releva, para efeitos de aplicação do adicional, o limite máximo da comparticipação familiar considerado no Anexo I.

Artigo 8.º

Conceito de agregado familiar

Para efeitos do disposto no presente despacho, entende-se por agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por *vínculo* de parentesco, casamento ou outras situações assimiláveis, desde que *vivam* em economia comum.

Artigo 9.º

Rendimento Líquido

O *valor* do rendimento anual líquido do agregado familiar é o que resulta da soma dos rendimentos anualmente auferidos, a qualquer título, por cada um dos seus elementos.

Artigo 10.º

Fórmula de cálculo do rendimento

O cálculo do rendimento *per capita* do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{RF - D}{12N}$$

sendo que

R = rendimento *per capita*;

RF= rendimento anual líquido do agregado familiar;

D = despesas fixas anuais;

N = número de elementos do agregado familiar.

Artigo 11.º

Despesas fixas anuais

- 1 - Consideram-se despesas fixas anuais do agregado familiar:
 - a) O valor das taxas e impostos necessários a formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única;
 - b) O valor da renda de casa ou de prestação devida pela aquisição de habitação própria;
 - c) Os encargos médios mensais com transportes públicos;
 - d) As despesas com a aquisição de medicamentos de uso continuado, em caso de doença crónica.
- 2 - As despesas fixas, a que se referem as alíneas b) a d) do número anterior, serão deduzidas no limite máximo correspondente ao montante de 12 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS).

Artigo 12.º

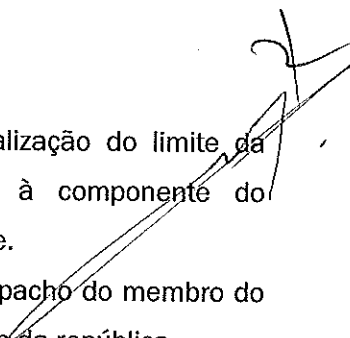
Prova de rendimento e de despesas

- 1 - A determinação da comparticipação será aferida com base na apresentação de prova dos rendimentos declarados, designadamente de natureza fiscal e previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º.
- 2 - Sempre que haja fundadas dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento, deverão ser feitas as diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, podendo o estabelecimento de educação pré-escolar determinar a comparticipação familiar de acordo com os rendimentos presumidos.
- 3 - A prova das despesas referidas nas alíneas b) a d) do n.º1 do artigo anterior é feita mediante a apresentação de documentos comprovativos do ano anterior.

Artigo 13º

Alteração/atualização das comparticipações familiares

1. Em função da necessidade de estrita cobertura dos custos dos serviços de apoio à família e no limite do valor da comparticipação familiar máxima, poderão ser estabelecidos os necessários ajustamentos nas comparticipações familiares, de forma que seja assegurada a desejável solidariedade entre os agregados economicamente mais desfavorecidos e aqueles que dispõem de maiores recursos.

- 
2. Anualmente, o executivo municipal procederá à revisão e atualização do limite da comparticipação familiar constante no anexo I respeitante à componente do prolongamento de horários em função do custo efetivo da atividade.
 3. O preço das refeições será fixado, anualmente, com base no despacho do membro do Governo responsável pela tutela da educação e publicado em diário da república.
 4. Para garantir a acessibilidade económica das famílias em contexto de agravamento das condições sócio económicas no país ou na região, o executivo municipal poderá aplicar critérios de redução percentual sobre as comparticipações calculadas com base nos critérios definidos no artigo 7º do presente regulamento.

Artº 14º

Fixação de limites das Comparticipações

1. As comparticipações familiares mensais na componente de prolongamento de horários, calculadas com base nos critérios definidos no artigo 7º, não podem exceder os limites aprovados anualmente pelo executivo municipal.
2. Para todos os efeitos, o preço unitário das refeições em vigor é de 1,46 €, nos termos do nº 2 do artigo 3º do Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto, publicado em diário da república nº 158, IIª série, com remissão para a tabela que consta do Anexo I ao referido diploma.

ANEXO 1

A. Limite máximo da Comparticipação Familiar da Componente de Prolongamento de Horário para ano letivo de 2013/14 – 72,43€*

* Equivalente ao custo mensal do serviço apurado nos termos do n.º 13 do art.º 7, com base nos custos apurados no ano 2012.

CONTAS	DESIGNAÇÃO	VALOR
62	Fornecimento Serviços Externos	5.261,96
63	Custos com pessoal*	154.849,44
64	Amortizações	190,37
68	Outros gastos	262,43
	Sub-Total	160.564,20
	<i>Custos com pessoal associados ao apoio refeições</i>	44.242,70
	Sub-Total	116.321,50
	<i>Número médio de crianças - frequência ATL ano 2012</i>	146
	<i>Custo médio por aluno – anual</i>	796,72
	<i>Custo médio por aluno – mensal</i>	72,43

* Das 7h diárias trabalhadas, 2h diárias estão associadas ao apoio no serviço de refeições.

REGULAMENTO INTERNO
Câmara Municipal da Batalha

- B. Por aplicação direta dos escalões com base no Despacho Conjunto n.º 300/97(2ª série), de 9 de setembro, deixa de existir limite mínimo e redução de 50% para famílias carenciadas. Mantém-se a situação de isenção.

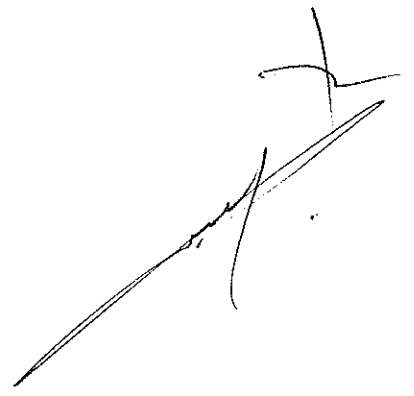
METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES:

1. Para um agregado familiar com um rendimento per capita de:

Limite Máximo = 72,43

Rendimento Per capita	Escalão Rendimentos	% s/ Rendimento Per capita	Valor a pagar
<i>Art.º 10 RI</i>	<i>N.º 3 Art.º 7</i>	<i>N.º 5 Art.º 7</i>	
423,95	5º	15%	63,59
212,43	3º	12,5%	26,55
294,60	4º	15%	44,19
182,02	2º	10%	18,20
57,66	1º	5%	2,88
357,52	4º	15%	53,63
600,34	5º	15%	90,05
105,97	1º	5%	5,30
413,19	4º	15%	61,98
563,67	5º	15%	84,55
151,68	2º	10%	15,17
291,94	3º	12,5%	36,49

MUNICÍPIO DA BATALHA



REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA

ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO PÚBLICO DO CONCELHO DA BATALHA

Regulamento da Componente de Apoio à Família para crianças que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico nos estabelecimentos públicos do concelho da Batalha – Aprovado pelo Executivo em 20/06/2013 (Deliberação n.º 2013/0381/D.A.G. -SOC), e apreciado pela Assembleia Municipal na sessão de 28/06/2013.

REGULAMENTO INTERNO

Componente de Apoio à Família dos Estabelecimentos de Educação do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho da Batalha

O presente regulamento procura salvaguardar a aplicabilidade de instrumentos reguladores da aplicação de comparticipações familiares para garantir os serviços de apoio à família, nomeadamente o prolongamento de horários e fornecimento de alimentação da rede de escolas do ensino básico, por forma a assegurar a solidariedade entre agregados economicamente mais desfavoráveis e aqueles que dispõem de maiores recursos; bem como salvaguardar as situações especiais de comprovada carência económica pela aplicação de mecanismos de isenção ou redução das prestações familiares.

A semelhança da regulamentação imposta para a Educação Pré-escolar, adotou-se a estrutura do Despacho Conjunto nº 300/97, de 09 de Setembro, que define as normas das Comparticipações Familiares a aplicar pela utilização de serviços de apoio à família.

As comparticipações destinam-se a assegurar o financiamento das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Procura ainda criar mecanismos e normativos de carácter geral suscetíveis de salvaguardar princípios que respeitem a autonomia e as especificidades das entidades titulares dos referidos estabelecimentos.

As normas definidas no citado diploma, regulam a aplicação de comparticipações pela utilização de serviços de apoio à família em estabelecimentos do ensino básico, assegurando desta forma o financiamento das componentes não educativas e criam mecanismos de carácter geral susceptíveis de salvaguardar princípios que respeitem a autonomia e as especificidades das entidades titulares dos estabelecimentos na gestão do programa de expansão e desenvolvimento da educação do ensino básico.

Por sua vez, a Lei nº 159/99, de 14 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, atribui às Autarquias Locais responsabilidades em matéria de educação pré-escolar e de 1.º Ciclo do Ensino Básico, sendo que o Despacho nº 14460/2008 de 26 de maio, republicado pelo Despacho nº

REGULAMENTO INTERNO
Câmara Municipal da Batalha

8683/2011 de 28 de Junho, determina que as atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação do ensino básico devem ser objeto de planificação pelos órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas, articulando com os municípios a sua realização de acordo com o Protocolo de Cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação e da Ciência, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação do Ensino Básico.

O presente regulamento prevê as regras para um eficiente funcionamento das atividades da componente de apoio à família e a aplicabilidade de instrumentos reguladores das participações familiares face à estrita necessidade de cobertura do custo global dos serviços, salvaguardando a aplicabilidade do princípio da subsidiariedade e da solidariedade entre agregados economicamente mais desfavorecidos e aqueles que dispõem de maiores recursos.

O Município da Batalha, ouvido o Conselho Municipal de Educação, aprovou em reunião de Câmara de 20 de junho de 2013, o presente regulamento nos termos seguintes, tendo o mesmo sido submetido a apreciação da Assembleia Municipal na sessão de 28 de junho de 2013:

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente regulamento é elaborado no âmbito do Despacho Conjunto n.º 300/97 de 9 de setembro; da Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, que consagra e estabelece os princípios e objetivos do programa de desenvolvimento da educação pré-escolar, estrutura adotada para o ensino básico; e nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro; do D.L. n.º 55/2009, de 02 de março e, subsidiariamente o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto no que diz respeito às condições de aplicação das medidas de ação social escolar.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento define as normas de funcionamento da componente de apoio à família nas escolas do 1.º ciclo do ensino público do concelho da Batalha.

Artigo 3.º

Âmbito

As normas definidas no presente regulamento aplicam-se a todas escolas do 1.º ciclo do ensino público do concelho da Batalha, bem como aos agregados familiares cujas crianças os frequentem.

Artigo 4.º

Serviço de apoio à família

- 1- São considerados serviços de apoio à família, as atividades de tempos livres e o fornecimento de alimentação.
- 2- Por atividades de tempos livres entende-se o acolhimento das crianças, após a componente educativa.
- 3- Durante as interrupções letivas será garantido, na íntegra, o serviço de refeições e as atividades de tempos livres, exceto nas tolerâncias de ponto ou na impossibilidade da prestação do serviço por motivos de força maior.

Artigo 5.º

Horário e Período de Funcionamento

1. A componente de apoio à família funciona durante o ano letivo, com o horário de segunda a sexta-feira.
2. O horário de prolongamento é, por regra, das 17,30h às 19,00h, podendo o mesmo sofrer alterações em função das necessidades das famílias.
3. As alterações ao horário só serão atendíveis desde que devidamente justificadas e caso existam os recursos humanos e os meios adequados para fazer face a uma flexibilização dos horários.
4. Durante os períodos de interrupção letiva, o horário de prolongamento é, por regra, das 9,00 às 19,00 horas.
5. Em situações de reconhecida necessidade dos agregados familiares, avaliadas pontualmente, poderão ser atendíveis os pedidos de alargamento de horário para períodos antes do início da componente letiva.
6. Este alargamento deverá compreender, por regra, um grupo mínimo de 10 crianças.
7. Não obstante a prática dos horários mencionados nos números anteriores, as crianças não devem permanecer nos estabelecimentos de ensino por períodos superiores a 10 horas diárias.
8. O período de funcionamento ocorrerá entre 01 de setembro e 31 de julho.

Artigo 6.º

Inscrições

- 1- As inscrições das crianças na componente de apoio à família deverão ser formalizadas junto dos serviços administrativos da ISERBATALHA, E.M., no edifício Paços do Município, Rua Infante D. Fernando, Batalha, ou nos estabelecimentos de ensino da rede pública.
- 2- As inscrições ocorrerão com a frequência anual, no período compreendido entre um a trinta de Junho.
3. Para proceder à inscrição da criança é necessário apresentar os seguintes documentos habilitantes:
 - a) Cartão do cidadão ou documento equivalente da criança;
 - b) Fotocópia completa da declaração do IRS do agregado familiar respeitante ao ano anterior;
 - c) Comprovativo de morada/residência, ou atestado de residência;
 - d) Ficha de inscrição e termo de responsabilidade, devidamente preenchidos e assinados pelo(s) encarregado(s) de educação.
4. Caso não exista declaração de rendimentos do ano anterior, as fontes de rendimento deverão ser comprovadas através da apresentação obrigatória de recibos de vencimento assinados por entidade patronal ou outros documentos equivalentes declarativos dos rendimentos auferidos à data da inscrição.

Artº 7º

Comparticipações Familiares

1. Os pais e encarregados de educação participam no custo dos serviços de apoio à família que integram as componentes não pedagógicas dos estabelecimentos de educação do ensino básico, designadamente as previstas no artigo 4º do presente regulamento.
2. A participação familiar é determinada, em regra, antes do início de cada ano lectivo, de forma proporcional ao rendimento do agregado familiar, nos termos e para os efeitos do Despacho Conjunto nº 300/97, II série, de 09 de setembro.
3. A participação familiar é determinada com base nos escalões de rendimento *per capita*, em função do indexante de apoios sociais (IAS), com remissão para os artigos 2º e 3º da Lei nº 53-B/2006, nos seguintes termos:

1.º escalão - até 30 % do IAS

REGULAMENTO INTERNO
Câmara Municipal da Batalha

- 2.º escalão - > 30 % até 50% IAS;
3.º escalão - > 50% até 70% do IAS;
4.º escalão - > 70 % até 100 % do IAS;
5.º escalão - > 100 % até 150 % do IAS;
6.º escalão - >150 % do IAS.
4. O indexante estipulado constitui o referencial determinante da fixação e cálculo das comparticipações familiares no presente regulamento, atendendo aos critérios previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2º da Lei nº 53-B/2006, de 29 de Dezembro.
5. Nos estabelecimentos de ensino básico da rede pública, a comparticipação familiar terá em conta, os serviços de apoio à família prestados, conforme quadro seguinte:

Componente	Apoio à família / escalões de rendimento					
Atividades de Tempos Livres	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
	Até 5%	Até 10%	Até 12,5%	Até 15%	Até 15%	Até 17,5%

6. A comparticipação familiar mensal da componente de atividades de tempos livres poderá ser reduzida de forma proporcional à diminuição do custo verificado sempre que a criança não utilize integral e permanentemente estes serviços de apoio à família.
7. A redução será aplicada quando solicitada pelo(a) encarregado(a) de educação e sempre que se *verifique* ausência superior a 3 dias no mês, seguidos ou interpolados, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$C = \frac{V \times f}{u}$$

u

Em que,

C - comparticipação (reduzida)

V - valor da comparticipação (normal)

f - nº dias frequentados

u - nº dias úteis no mês

8. As ausências *devem* ser justificadas tendo em vista a sua validação ou não aceitação atendendo aos fundamentos apresentados, relevando igualmente o histórico e motivos invocados em situações anteriores.
9. Sempre que, através de uma cuidada análise sócio económica do agregado familiar se conclua que se encontra em situação de grave carência económica e/ou abrangida pelo Rendimento Social de Inserção (RSI), a comparticipação familiar mensal na componente

- de de tempos livres, determinada nos termos deste artigo, pode ser reduzida ou concedida a isenção de pagamento.
10. De igual forma, podem estas famílias beneficiar de uma redução ou da isenção do pagamento das refeições.
11. A frequência de mais de uma criança do mesmo agregado familiar na componente das atividades de tempos livres nos estabelecimentos públicos do ensino básico e/ou nos prolongamentos de horário dos estabelecimentos dos jardim-de-infância confere o direito a uma redução de 10% nas respetivas comparticipações.
12. A comparticipação familiar, calculada nos termos do disposto no presente regulamento, não pode exceder o custo dos serviços.
13. O custo referido no número anterior é determinado com periodicidade mínima anual, com base nos custos incorridos no exercício anterior, caso a atividade se mantenha estável, ou seja, com equivalente estrutura de funcionamento.
14. Às famílias que usufruam do *serviço de apoio complementar* no período compreendido entre as 7,30 h e as 9,00 h, será aplicado valor adicional de 20% sobre a comparticipação familiar calculada nos termos do presente artigo.
15. Não releva, para efeitos de aplicação do adicional, o limite máximo da comparticipação familiar considerado no Anexo I.

Artigo 8.º

Conceito de agregado familiar

Para efeitos do disposto no presente despacho, entende-se por agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por *vínculo* de parentesco, casamento ou outras situações assimiláveis, desde que *vivam* em economia comum.

Artigo 9.º

Rendimento Líquido

O valor do rendimento anual líquido do agregado familiar é o que resulta da soma dos rendimentos anualmente auferidos, a qualquer título, por cada um dos seus elementos.

Artigo 10.º

Fórmula de cálculo do rendimento

O cálculo do rendimento per *capita* do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = RF - D$$

12N

sendo que

R = rendimento *per capita*;

RF= rendimento anual ilíquido do agregado familiar;

D = despesas fixas anuais;

N = numero de elementos do agregado familiar.

Artigo 11.º

Despesas fixas anuais

- 1 - Consideram-se despesas fixas anuais do agregado familiar:
 - a) O valor das taxas e impostos necessários a formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única;
 - b) O valor da renda de casa ou de prestação devida pela aquisição de habitação própria;
 - c) Os encargos médios mensais com transportes públicos;
 - d) As despesas com a aquisição de medicamentos de uso continuado, em caso de doença crónica.
- 2 - As despesas fixas a que se referem as alíneas b) a d) do número anterior serão deduzidas no limite máximo correspondente ao montante de 12 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS).

Artigo 12.º

Prova de rendimento e de despesas

- 1 - A determinação da comparticipação será aferida com base na apresentação de prova dos rendimentos declarados, designadamente de natureza fiscal e previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º.
- 2 - Sempre que haja fundadas dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento, deverão ser feitas as diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, podendo o estabelecimento de educação do ensino básico determinar a comparticipação familiar de acordo com os rendimentos presumidos.
- 3 - A prova das despesas referidas nas alíneas b) a d) do n.º1 do artigo anterior é feita mediante a apresentação de documentos comprovativos do ano anterior.

Artigo 13.º

Alteração/atualização das comparticipações familiares

1. Em função da necessidade de estrita cobertura dos custos dos serviços de apoio à família e no limite do valor da comparticipação familiar máxima, poderão ser estabelecidos os necessários ajustamentos nas comparticipações familiares, de forma que seja assegurada a desejável solidariedade entre os agregados economicamente mais desfavorecidos e aqueles que dispõem de maiores recursos.
2. Anualmente, o executivo municipal procederá à revisão e atualização do limite da comparticipação familiar constante no anexo I respeitante à componente das atividades de tempos livres em função do custo efetivo da atividade.
3. O preço das refeições será fixado, anualmente, com base no despacho do membro do Governo responsável pela tutela da educação e publicado em Diário da República.
4. Para garantir a acessibilidade económica das famílias em contexto de agravamento das condições sócio económicas no país ou na região, o executivo municipal poderá aplicar critérios de redução percentual sobre as comparticipações calculadas com base nos critérios definidos no artigo 7º do presente regulamento.

Artº 14º

Fixação de limites das Comparticipações

1. As comparticipações familiares mensais na componente das atividades de tempos livres, calculadas com base nos critérios definidos no artigo 7º, não podem exceder os limites aprovados anualmente pelo executivo municipal.
2. Para todos os efeitos, o preço unitário das refeições em vigor é de 1,46 €, nos termos do nº 2 do artigo 3º do Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto, publicado em diário da república nº 158, II série, com remissão para a tabela que consta do Anexo I ao referido diploma.

ANEXO 1

A. Limite máximo da Comparticipação Familiar da Componente de Atividades de Tempos Livres para ano letivo de 2013/14 – 105,43€*

* Equivalente ao custo mensal do serviço apurado nos termos do n.º 13 do art.º 7, com base nos custos apurados no ano 2012.

CONTAS	DESIGNAÇÃO	VALOR
62	Fornecimento Serviços Externos	10.221,58
63	Custos com pessoal*	259.558,58
64	Amortizações	243,21
68	Outros gastos	132,06
Sub-Total		270.155,43
<i>Custos com pessoal associados ao apoio refeições</i>		74.159,59
Sub-Total		195.995,84
<i>Número médio de crianças - frequência ATL ano 2012</i>		169
<i>Custo médio por aluno – anual</i>		1.159,74
<i>Custo médio por aluno – mensal</i>		105,43

* Das 7h diárias trabalhadas, 2h diárias estão associadas ao apoio no serviço de refeições.

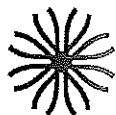
- B. Por aplicação direta dos escalões com base no Despacho Conjunto n.º 300/97 (2ª série), de 9 de setembro, deixa de existir limite mínimo e redução de 50% para famílias carenciadas. Mantém-se a situação de isenção.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES:

1. Para um agregado familiar com um rendimento per capita de:

Limite Máximo = 105,43

Rendimento Per capita	Escalão Rendimentos	% s/ Rendimento Per capita	Valor a pagar
<i>Art.º 10 RI</i>	<i>N.º 3 Art.º 7</i>	<i>N.º 5 Art.º 7</i>	
423,95	5º	15%	63,59
212,43	3º	12,5%	26,55
294,60	4º	15%	44,19
182,02	2º	10%	18,20
57,66	1º	5%	2,88
357,52	4º	15%	53,63
600,34	5º	15%	90,05
105,97	1º	5%	5,30
413,19	4º	15%	61,98
563,67	5º	15%	84,55
151,68	2º	10%	15,17
291,94	3º	12,5%	36,49



BATALHA
MUNICÍPIO

iserbatalha
Gestão de Equipamentos e Serviços de Interesse Geral, E.M.

CONTRATO-PROGRAMA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO
CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E ISERBATALHA, E.M.

Cont-Prog. - Outros n.º 01/2015/GAP

ANEXO II

Transportes Escolares – ANO LETIVO 2014/2015

TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2014/2015

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA BATALHA

V-1

DIA	PERÍODO	CIRCUITO	LOCAL	HORÁRIO
2ª, 3ª, 5 e 6ª feira	ENTRADA	1º	Bico Sacho	7h 20m
			Hortas	7h 25m
			Andreus	7h 30m
			Garruchas	7h 35m
			Celeiro	7h 40m
			Perulhal	7h 45m
			ESCOLAS	7h 50m
		2º	Alcanadas	8h 05m
			Quinta do Pinheiro	8h 10m
			ESCOLAS	8h 20m
		3º	Lapa Furada	7h 45m
			Cela	8h 10m
			ESCOLAS	8h 20m
	SAÍDA	4º	ESCOLAS	13h 30m
			Bico Sacho	13h 35m
			Hortas	13h 40m
			Qta S. Sebastião	13h 45m
			Garruchas	13h 50m
			Celeiro	13h 55m
			Perulhal	14h 00m
			Alcanadas	14h 05m
			Cela	14h 10m
			Quinta do Pinheiro	14h 15m
		5º	ESCOLAS	16h 25m
			Bico Sacho	16h 30m
			Hortas	16h 35m
			Qta S. Sebastião	16h 40m
			Garruchas	16h 45m
			Celeiro	16h 50m
			Perulhal	16h 55m
			Alcanadas	17h 00m
			Cela	17h 05m
			Quinta do Pinheiro	17h 10m

DIA	PERÍODO	CIRCUITO	LOCAL	HORÁRIO
4ª feira	ENTRADA	1º	Bico Sacho	7h 20m
			Hortas	7h 25m
			Qta S. Sebastião	7h 30m
			Garruchas	7h 35m
			Celeiro	7h 40m
			Perulhal	7h 45m
			ESCOLAS	7h 50m
		2º	Alcanadas	8h 05m
			Quinta do Pinheiro	8h 10m
			ESCOLAS	8h 20m
		3º	Lapa Furada	7h 05m
			Cela	8h 10m
			ESCOLAS	8h 20m
	SAÍDA	4º	ESCOLAS	13h 30m
			Bico Sacho	13h 35m
			Hortas	13h 40m
			Qta S. Sebastião	13h 45m
			Garruchas	13h 50m
			Celeiro	13h 55m
			Perulhal	14h 00m
			Alcanadas	14h 05m
			Cela	14h 10m
			Quinta do Pinheiro	14h 15m
		6º	ESCOLAS	17h 25m
			Bico Sacho	17h 30m
			Hortas	17h 35m
			Qta S. Sebastião	17h 40m
			Garruchas	17h 45m
			Celeiro	17h 50m
			Perulhal	17h 55m
			Alcanadas	18h 00m
			Cela	18h 05m
			Quinta do Pinheiro	18h 10m

NOTA: Mapa sujeito a alterações

Batalha, 10 de setembro de 2014

O Chefe de Divisão da DME

Manuel Gameiro

TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2014/2015

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA BATALHA

V-1

DIA	PERÍODO	CIRCUITO	LOCAL	HORÁRIO
2ª, 3ª, 5 e 6ª feira	SAÍDA	6º	ESCOLAS	17h 25m
			Bico Sacho	17h 30m
			Hortas	17h 35m
			Qta S.Sebastião	17h 40m
			Garruchas	17h 45m
			Celeiro	17h 50m
			Perulhal	17h 55m
			Alcanadas	18h 00m
			Cela	18h 05m
			Quinta do Pinheiro	18h 10m
		7º	ESCOLAS	18h 20m
			Bico Sacho	18h 25m
			Hortas	18h 30m
			Qta S.Sebastião	18h 35m
			Garruchas	18h 40m
			Celeiro	18h 45m
			Perulhal	18h 50m
			Alcanadas	18h 55m
			Cela	19h 00m
			Quinta do Pinheiro	19h 05m
			Lapa Furada	19h 20m

DIA	PERÍODO	CIRCUITO	LOCAL	HORÁRIO
4ª feira	SAÍDA	7º	ESCOLAS	18h 20m
			Bico Sacho	18h 25m
			Hortas	18h 30m
			Qta S.Sebastião	18h 35m
			Garruchas	18h 40m
			Celeiro	18h 45m
			Perulhal	18h 50m
			Alcanadas	18h 55m
			Cela	19h 00m
			Quinta do Pinheiro	19h 05m
			Lapa Furada	19h 20m

NOTA: Mapa sujeito a alterações

Batalha, 10 de setembro de 2014

O Chefe de Divisão da DME

Manuel Gameiro